



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**DANIEIDE SILVA CÂNDIDO**

**O DISCURSO IDEOPOLÍTICO NEOLIBERAL DA NEGAÇÃO DO PRINCÍPIO  
DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO**

**JOÃO PESSOA  
2024**

DANIEIDE SILVA CÂNDIDO

O DISCURSO IDEOPOLÍTICO NEOLIBERAL DA NEGAÇÃO DO PRINCÍPIO  
DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

**Orientador:** Prof. Dr. Marcos Angelus Miranda de Alcantara

JOÃO PESSOA  
2024

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

C217d Cândido, Danieide Silva.

O discurso ideopolítico neoliberal da negação do princípio da gestão democrática da educação / Danieide Silva Cândido. - João Pessoa, 2024.

41 f.

Orientação: Marcos Angelus Miranda de Alcantara.  
Trabalho de Conclusão de Curso - (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Neoliberalismo. 2. Gestão educacional. 3. Análise do discurso. I. Alcantara, Marcos Angelus Miranda de. II. Título.

UFPB/CE

CDU 37.014.5(043.2)

DANIEIDE SILVA CÂNDIDO

O DISCURSO IDEOPOLÍTICO NEOLIBERAL DA NEGAÇÃO DO PRINCÍPIO  
DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de  
Licenciatura em Pedagogia, do Centro de Educação, da  
Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento à exigência  
para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

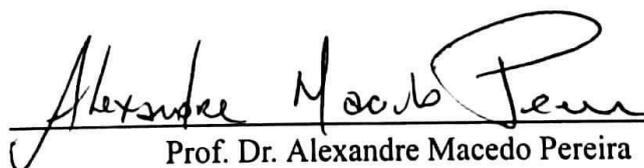
Aprovado em 29 de outubro de 2024

BANCA EXAMINADORA



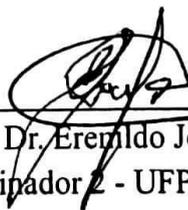
---

Prof. Dr. Marcos Angelus Miranda de Alcantara  
Orientador - UFPB/CE/DHP



---

Prof. Dr. Alexandre Macedo Pereira  
Examinador 1 - UFPB/CE/DHP



---

Prof. Dr. Eremildo João Carlos  
Examinador 2 - UFPB/CE/DFE

## AGRADECIMENTOS

A gratidão é algo maior que o Obrigada! Sou grata por tantas coisas e por tudo que vivenciei! Sou grata ao universo e ao grande Deus pelo direito à vida! Sou e estou grata aos movimentos sociais, à política, pela possibilidade de exercer meu título de cidadã. Gratidão a todas pessoas que fizeram parte e fazem parte da minha caminhada até hoje, em especial, à minha família, minha base sólida, minha rocha, minha maior inspiração e motivação. Ao meu esposo, Julio Raoni Domingos de Freitas, por estar sempre segurando firme em minha mão, me ajudando em todos os momentos com seu carinho, com seu amor, me motivando, me dizendo sempre que eu iria conseguir. À minha linda menina, Ana Cecília Cândido Domingos de Freitas, é por ela que acredito na importância da política e da democracia, nas instituições e escolas públicas de qualidade, sendo ela a maior responsável pela minha força, por minha luta e até por eu nunca desistir de meus sonhos. Aos meus cunhados, cunhadas, à minha avó, maravilhosa Severina do Nascimento Silva, minha fonte de força inesgotável. Ao meu tio João Pereira da Silva (Joca), minhas tias, primos, primas, e aos meus amados irmãos, Daniel Silva Cândido, Daiane de Cássia Silva Cândido, Maria Daliane Silva Cândido, Daniele Silva Cândido Nunes, que são minhas preciosidades. Aos meus sobrinhos, José Carlos Pereira Nunes Filho e Débora Luz, amores de minha vida. A minha mãe, a pessoa mais guerreira que conheço, que sempre ora incansavelmente por nós, além de nos dar sempre todo amor e apoio em tudo, Antônia do Nascimento Silva. Ao meu amor, meu pai, Severino Alfredo Cândido (Ramo), que tinha um orgulho tão grande por mim, sempre será o meu gato e o homem mais lindo do universo! Assim, como o senhor me fazia sentir a pessoa mais linda e incrível do mundo. Em memória, dedico todas as minhas conquistas ao senhor, que sempre foi meu maior incentivador. Aos meus sogros, Maria de Lourdes Domingos e Júlio César Falcão de Freitas, que foram importantíssimos nessa caminhada, tenho imenso carinho e gratidão por tudo. Aos meus colegas de universidade, de trabalho, ao Projeto PIBIC/PIVIC que me acolheu de maneira encantadora e me fez gostar mais ainda desse universo chamado “pesquisa”, e a todas as mulheres desse projeto, que amo imensamente e principalmente ao nosso anjo, esse orientador que sempre teve tanta paciência em tudo, o professor Marcos Angelus Miranda de Alcantara. À banca, com os professores Alexandre Macedo Pereira e Erenildo João Carlos que gentilmente aceitou o convite. Eu sou imensamente grata por tudo e todos! Gratidão meu Deus! Todos vocês fazem parte desse momento e eu, sou grata a todos.

## RESUMO

Este trabalho decorre do Projeto de pesquisa PIBIC/UFPB/CNPq *O enunciado da gestão educacional na ordem do discurso neoliberal*. Seu objeto de investigação consistiu precisamente na *série de implicações que a gestão educacional sofre diante do discurso neoliberal*. Teoricamente, procuramos acionar alguns correlatos enunciativos relacionados ao objeto da pesquisa: acerca da gestão democrática como princípio constitucional, dialogamos com Cury (2007) e Fernandes *et. al.* (2014); acerca do neoliberalismo como discurso ideopolítico, dialogamos com Andrade (2019) e Bonfante (2023). Metodologicamente, a pesquisa mapeou capítulos e tópicos dos seguintes textos, que posteriormente foram escavados arqueologicamente, conforme Foucault (2008): *O caminho da servidão*, (Hayek, 1990) e *Livre para Escolher* (Friedman, 2015). Os resultados da pesquisa, sugerem que o discurso neoliberal é produtor de doutrinas políticas e econômicas, sustentadas nos enunciados da liberdade e da economia. Verificou-se também que o discurso neoliberal se coloca como uma condição discursiva de interdição do enunciado da gestão democrática da educação no Brasil. Portanto, esta pesquisa delineou configurações mais gerais e estratégias discursivas do neoliberalismo que interditam o enunciado da gestão democrática da educação.

**Palavras-Chave:** neoliberalismo; gestão educacional; análise do discurso.

## **ABSTRACT**

*This work is part of the PIBIC/UFPB/CNPq research project titled *The Educational Management Statement in the Order of Neoliberal Discourse*. Its object of investigation specifically focused on the series of implications that educational management faces in light of neoliberal discourse. Theoretically, we sought to activate some enunciative correlates related to the research object: regarding democratic management as a constitutional principle, we engaged in dialogue with Cury (2007) and Fernandes et al. (2014); regarding neoliberalism as an ideopolitical discourse, we dialogued with Andrade (2019) and Bonfante (2023). Methodologically, the research mapped chapters and topics from the following texts, which were subsequently excavated archaeologically, according to Foucault (2008): *The Road to Serfdom* (Hayek, 1990) and *Free to Choose* (Friedman, 2015). The research results suggest that neoliberal discourse generates political and economic doctrines, upheld by statements of freedom and economy. It was also found that neoliberal discourse acts as a discursive condition that obstructs the statement of democratic management in education in Brazil. Therefore, this research outlined broader configurations and discursive strategies of neoliberalism that hinder the statement of democratic management in education.*

**Keywords:** *neoliberalism; educational management; discourse analysis.*

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
1.1 IMPLICAÇÕES DO DISCURSO NEOLIBERAL PARA A GESTÃO EDUCACIONAL: ELEMENTOS SUBJETIVOS, POLÍTICO-PEDAGÓGICOS E ACADÊMICOS DA PESQUISA.....	9
1.2 O DISCURSO NEOLIBERAL E A GESTÃO EDUCACIONAL: SITUANDO O PROBLEMA DA PESQUISA.....	16
1.3 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	18
<b>2 APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS ACERCA DO OBJETO DA PESQUISA.....</b>	<b>19</b>
2.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO COMO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL.....	19
2.2 NEOLIBERALISMO ENQUANTO DISCURSO IDEOPOLÍTICO.....	21
2.3 DISCURSO, ENUNCIADO E FONTES PRIMÁRIAS: CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA E ALGUNS APONTAMENTOS PROCEDIMENTAIS.....	25
<b>3 A ORDEM DO DISCURSO NEOLIBERAL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O CAMPO DA GESTÃO EDUCACIONAL.....</b>	<b>28</b>
3.1 MILTON FRIEDMAN E A ALEGADA LIBERDADE DE ESCOLHER.....	28
3.2 FRIEDRICH A. VON. HAYEK E O SUPOSTO CAMINHO DA SERVIDÃO.....	32
3.3 O CAMPO DA GESTÃO EDUCACIONAL DIANTE DO DISCURSO NEOLIBERAL.....	34
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>38</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é oriunda do Projeto PIBIC/CNPq, mais precisamente, recorre a análise de alguns dados produzidos no âmbito do desenvolvimento do Plano de Trabalho intitulado *Configurações Gerais do Discurso Neoliberal e suas Implicações para a Gestão da Educação*. Nessa direção, este capítulo inicia apresentando as razões pelas quais este TCC opta pela investigação da relação entre gestão educacional e o discurso neoliberal. Em seguida, discorre sobre o problema, situando o objeto da pesquisa, bem como os objetivos geral e específicos, finalmente, conclui com uma apresentação sumária da estrutura e organização do trabalho.

### 1.1 IMPLICAÇÕES DO DISCURSO NEOLIBERAL PARA A GESTÃO EDUCACIONAL: ELEMENTOS SUBJETIVOS, POLÍTICO-PEDAGÓGICOS E ACADÊMICOS DA PESQUISA

Sempre estive em atos políticos, seja dentro ou fora do campo acadêmico, atuando em causas sociais que considero justas e pertinentes à nossa sociedade. Iniciei minha caminhada política na minha Aldeia, incentivada pelo tio João Pereira da Silva, que na época era a liderança da Aldeia Caieira, no município de Marcação. Como líder, ele sempre era chamado para reuniões locais, e eu sempre estava com ele. Assim, fui me envolvendo, participando, gostando e me sentindo mais pertencente a esse mundo envolvente que são os movimentos sociais e as políticas públicas.

Entrei na Pastoral da Criança, uma organização filantrópica que atua na área infantil, priorizando crianças com desnutrição ou baixo peso, realizando atividades semelhantes às do agente de saúde. Fui seguindo uma sequência de oportunidades ali mesmo, dentro das Aldeias, me inteirando de tudo e participando do que podia. Logo, aos 16 anos, comecei a viajar para outros estados. Eram viagens com traslados de ônibus, vans e carros, além de passar dias fora de casa. E sim, era isso exatamente que me instigava: saber que não eram apenas passeios, mas a busca por melhorias em minha aldeia e nas demais aldeias do meu estado. Na época em que recebi o convite para minha primeira viagem internacional, consegui um estágio e não pude me ausentar logo no início.

Estive à frente também como militante da Organização de Jovens Indígenas Potiguara da Paraíba (OJIP/PB), durante mais de três anos como secretária. Depois, conquistei espaços maiores dentro do movimento indígena, com participação nacional, sendo porta-voz da juventude indígena nordestina, representando os nove estados do Nordeste, pela Rede Juventude Indígena do Nordeste (REJUIND) ; da Rede Jovem Nordeste (RJN), como coordenadora geral; Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) como membro da Zona da Mata Norte; assim como a Articulação de Mulheres Indígenas Potiguara da Paraíba (AMIP) e Articulação de Mulheres Guerreiras Potiguara (AMGIP). Dentro do centro acadêmico, fui vice-presidente do CA de Pedagogia/Campus IV Litoral Norte, juntamente com o presidente, que também era indígena, encabeçando a chapa denominada “Diversidade”, trazendo propostas que atendiam às necessidades dos universitários do curso de Pedagogia.

Assim, seguindo toda minha vivência nesse campo tão importante e vasto de saberes, essas experiências me proporcionaram uma visão aprofundada da importância das políticas públicas, do governo e da sociedade e que não se deve deixar de lutar pelo que almeja. O Acampamento Terra Livre foi minha experiência mais marcante até hoje. Assim como as ocupações da FUNAI em Brasília, as inúmeras propostas, cartas, abaixo-assinados, relatos, vídeos, imagens e documentos foram criados a partir dessas vivências. A intenção dessas militâncias sempre foi em defesa da educação e dos direitos dos cidadãos, seja por meio de interação social ou individualmente. Aprendi desde cedo a lutar e dar valor ao que tinha e tenho, mas também aprendi que sempre devemos e podemos melhorar em tudo e que são necessários espaços que possam discutir essas demandas e afins.

As políticas públicas são algumas das possibilidades que temos para fortalecer e garantir alguns direitos já existentes dentro de nossa sociedade. Essas políticas envolvem governos, sociedade e um diálogo em virtude da democracia. Essa temática, por sua vez, me trouxe a possibilidade de defender um posicionamento político em relação a quem sou, ao que sempre acreditei e ao que defendo sobre a educação pública, a ética, a história, a política e a verdadeira liberdade.

Durante toda minha trajetória de ensino fundamental, médio e, hoje, acadêmica, tenho imensa gratidão pelas escolas públicas que frequentei e seus projetos políticos. Sou oriunda de povos de raízes indígenas, nordestina, sangue vermelho, sangue ancestral. Sangue esse que, por inúmeras vezes foi derramado nessa terra sagrada em função do projeto colonial e a expansão do capital. Faço parte de um povo que sempre se manteve em seu território e orgulhosamente carrego em minha alma sua história, assim como todo aprendizado ocorrido

dentro de minha cultura e de meu povo. Piso no chão e sinto o poder de minhas ancestralidades gritando para que nunca deixemos de lutar e honrar os nossos.

Nunca nos envergonhamos da nossa cultura, de nossa tradição e, principalmente, de guerrear quando necessário para promover a paz e a união. Minha terra amada, minha Aldeia Caieira, querida, de um povo acolhedor e comedor de camarão, mangaba, bejus, peixes e raízes, que pinta sua pele com as cores da natureza, que esboça em suas pinturas a fauna e flora e carrega consigo o braço forte de sua ancestralidade, e com sua espiritualidade consegue transcender sua essência por onde chega.

Nossas aldeias ficam no Litoral Norte da Paraíba, onde hoje temos três principais cidades: Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição, que carregam consigo a luta e a história de um povo que até hoje permanece em seu território, o Povo Potiguara da Paraíba. Logo, o discurso neoliberal vai contra tudo que acredito, em relação à minha história e à história de meu povo. Esse modo de pensar neoliberal nega a importância da política, do governo e da educação pública, enfatizando que a privatização é o melhor caminho. A forma despolitizadora de negar trazendo uma política específica, contraria as pautas sociais. Quando há uma negação da política, há também uma negação da história, a descredibilização de projetos sociais e culturais já existentes ou que estejam por vir. Desse modo, contrária a toda essa narrativa desse discurso, essa pesquisa foi realizada para fortalecer a importância do conhecimento e da educação pública, da busca pelos saberes e até para que se possa fortalecer com dados científicos, de maneira teórica, aquilo pelo que luto.

As lutas populares inseridas na agenda dos governos progressistas proporcionaram propostas e projetos que fazem toda a diferença na sociedade. O projeto de interiorização das Universidades Federais, por exemplo, é um projeto que fortalece a importância das lutas realizadas pelos militantes, sendo uma maneira de expandir a democracia dentro dos espaços universitários, oferecendo oportunidades para que tenham um curso superior. Através desse projeto, foi possível realizar um sonho: ingressar em uma Instituição Federal pública, algo até então distante por inúmeros motivos. Essa oportunidade só foi possível graças ao investimento em universidades públicas no interior, que trouxe a esperança de ter em minha família a primeira graduada por uma instituição federal.

Na minha casa, éramos cinco filhos e, com as minhas condições financeiras e as de meus pais, não seria possível ter um curso superior se não fosse próximo de onde morávamos, devido ao alto custo que era o deslocamento e a manutenção na universidade. Através dessa porta aberta, desse espaço público, das políticas voltadas para as questões sociais, pensadas para essas especificidades, foi possível concluir um curso superior de referência.

Hoje, sou bacharel em Ecologia pelo Centro de Ciências Aplicadas e Educação-UFPB/Campus IV-Litoral Norte-Rio Tinto. Defendo as instituições e as escolas públicas, assim como as políticas públicas e o recurso público, que é tão necessário para que se possa ter mais possibilidades e oportunidades para que pessoas como eu, de uma classe social baixa e com pai apenas com baixa escolaridade, possam estudar, fazer pesquisa, produzir conhecimento. Minha mãe, por sua vez, depois de ter seus cinco filhos crescidos, já cada um em suas casas, conseguiu concluir um curso superior. Algo que não tinha sido possível devido às inúmeras dificuldades materiais e ao casamento precoce.

Ao ingressar no curso de Pedagogia-Campus I, busquei um projeto que me tirasse da comodidade em relação ao que já tinha feito anteriormente. Sabendo por uma amiga da vaga em um projeto de pesquisa, fiz a inscrição e consegui adentrar ao projeto que tem como objeto o enunciado da gestão educacional na ordem do discurso neoliberal, e nessa mesma linha de pensamento, quatro planos de trabalho foram executados. Assim, pude desenvolver o seguinte plano: “*Configurações Gerais do Discurso Neoliberal e suas Implicações para a Gestão da Educação*”, o que fomentou meu interesse mais específico pela problemática da gestão educacional e sua análise sob a lógica do discurso neoliberal, e desenvolver este TCC.

Esse discurso foi a base para minha pesquisa de trabalho de Conclusão de Curso. Onde a pesquisa desempenha um papel fundamental em diversas áreas do conhecimento e é essencial para o desenvolvimento da sociedade de maneira geral, agindo como divisora de águas. Alguns pontos que destacam essa importância são na geração de conhecimento, na inovação educacional, na formação de professores, nas avaliações e melhorias de práticas, na tomada de decisão baseada em evidências, no desenvolvimento de competências, e também na integração com a comunidade. Sendo um elemento essencial na educação, a pesquisa não apenas enriquece o processo de ensino-aprendizagem, mas também contribui para a formação de uma sociedade mais crítica e consciente.

A ação do poder público faz toda a diferença dentro de um setor educacional. Aqui no Brasil, a educação passou por diversas transformações ao longo da história, principalmente após a Constituição de 1988, que trouxe importantes avanços e garantias no campo educacional. Até Século XIX, a educação era restrita às elites e tinha forte influência religiosa, com a Igreja Católica controlando a maioria das instituições de ensino. Na época da Primeira República (1889-1930), a educação começou a se expandir, mas ainda sim, era elitista, com pouca ênfase em uma educação pública e acessível. Na era Vargas (1930-1945), a educação ganhou um caráter mais nacionalista, com a criação de escolas técnicas e a promoção de uma educação mais voltada para os trabalhadores. Pouco depois, vem a fase que

trouxe restrições na área, que foi o momento em que a Ditadura Militar (1964-1985) se instalou. Sendo essa, um regime militar, que impôs censura e controle sobre o currículo escolar, restringindo a liberdade de pensamento e expressão. Todo esse histórico, trouxe impactos na educação, como a redução da educação crítica, dando ênfase na tecnologia e habilidades práticas trocando a educação crítica e reflexiva. Houve assim também, um controle ideológico, onde a educação foi usada para disseminar ideias alinhadas ao regime.

Houve uma sequência política, desde o período da Ditadura Militar (1964-1985), trazia como base a centralização, censura e nacionalismo. Posteriormente, tivemos o governo Sarney, (1985-1990) foi mudando e buscando já efetuar a descentralização e expansão da educação básica. Em outro momento, com o governo Collor (1990-1992), houve a reforma educacional e introdução do Ensino Fundamental de 8 anos, onde o governo FHC (1995-2003) trouxe em sua gestão a expansão da educação superior e reforma curricular. Os governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), vieram com a proposta de distribuição de renda e expansão da educação básica.

O discurso neoliberal é movido por séries de enunciados que constroem narrativas pautadas na desconstrução política, ele opera despolitizando a compreensão acerca da importância da educação pública. Tudo isso, para justificar que a educação, a saúde, o esporte, tudo que é público por lei, faz com que as pessoas fiquem dependentes do governo. No Brasil, o neoliberalismo vem ganhando espaço desde de a década de 1990, com as privatizações, com as concessões públicas, e a com as parcerias público-privadas e isso implica em uma forma de olhar sobre o que está sendo feito para que as pessoas consigam ter acesso às informações sobre essa ótica que dissemina uma liberdade com uma versão voltada para os interesses próprios, onde essa corrente de pensamento enfatiza o poder econômico e distorce a versão de política, ganhando destaque nas últimas décadas.

Visto que, esse discurso tem como características e implicações uma pauta que visa argumentar sobre a importância da liberdade econômica, das privatizações e até a redução de impostos, além da desregulamentação, uma ideia de remover ou reduzir as regulamentações governamentais sobre a economia é central. Essa ideia busca induzir as pessoas que a melhor opção é estar satisfeitos, que não se deve ter direitos, que o governo não deveria priorizar estudantes de escolas e instituições públicas, por serem locais desvalorizados e não terem capacidade de um grupo educacional.

Quando essa narrativa foca em querer desmobilizar as políticas já existentes, querendo negar a política, fortalecendo a intencionalidade de privação e com isso, buscando induzir uma liberdade, ao justificar seu posicionamento em relação às conquistas populares, permite

compreender que essa tal liberdade talvez seja muito espaçosa e não caiba nas mãos de quem depende das escolas públicas. Alguns dos inúmeros projetos e planos conquistados justamente para a educação, através de políticas, algo diferente das demais leis, é um plano decenal, o Plano Nacional de Educação (PNE), que traz em seu contexto um plano político que ultrapassa os governos e foi pensado pela Lei nº 13.005/2014, estando em vigor até 2025. Esse plano não atua apenas como nacional, mas, é um plano que vai além e chega em estados e cidades brasileiras.

O PNE mostra a relevância de ter os direitos constitucionais garantidos em leis e ainda diz explicitamente em suas diretrizes e metas o que deve alcançar ano a ano. Com isso, não se prende a questões partidárias, mas lida diretamente com a política educacional pensada sempre na coletividade. Além disso, o PNE também é um dispositivo político-pedagógico que ressalta a importância da gestão democrática da educação, mesmo situado em um contexto neoliberal.

Além do Plano Nacional, cada município tem o seu plano específico, pensando em suas especificidades, buscando abranger e inserir cada vez a sociedade dentro desse plano educacional. A cidade de João Pessoa, que é a Capital paraibana, possui uma grande quantidade de estudantes, tanto de ensino fundamental, médio, quanto de ensino superior. Em João Pessoa, temos a LEI Nº 13.035, 19 de junho de 2015, que fortalece e consegue adequar a Lei nacional sem deixar de trazer elementos políticos locais. Essa lei local do PME, tem o seguinte artigo: “Art. 2º A execução do Plano Municipal de Educação pautar-se-á pelo regime de colaboração entre a União, o Estado da Paraíba, o Município e a Sociedade Civil Organizada”. O município, segundo dados da secretaria de educação, “Art. 3º São diretrizes do PME do Município de João Pessoa, para o período de 2015 a 2025: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública”.

As políticas públicas são uma conquista em que os direitos são colocados em questão como foco principal. A educação é um direito, garantir melhorias é uma obrigação dos governos, seja municipal ou nacional. O neoliberalismo coloca a educação como uma mercadoria, trazendo a ideia de mercado livre, onde as pessoas podem optar por não investir em educação ou caso tenha possibilidades, optar pela rede privada.

Tanto o estado quanto o município têm em suas obrigações a educação, onde seus planos e diretrizes garantem planos de até dez anos. Existe o planejar e existe o momento de garantir que sejam executados no tempo estabelecido, como diz o artigo 6:

A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento e de avaliações periódicas, realizadas pelas seguintes instâncias: I - Secretaria Municipal de Educação; II - Câmara Municipal de Vereadores; III - Fórum Municipal de Educação - FME; IV - Conselho Municipal de Educação - CME; e V - Comissão paritária de avaliação e acompanhamento. § 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput: I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet; e II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas; § 2º A comissão paritária a que alude o inciso V do caput será formada com representantes das instituições participantes do PME. § 3º A comissão paritária trabalhará na implantação do PME, registrando, sistematizando e analisando, constantemente, o desenvolvimento das ações, operacionalizando as metas estabelecidas e realizando avaliações com levantamentos periódicos dos resultados alcançados e replanejamento de novas ações. § 4º Para que a sociedade civil possa acompanhar a execução e avaliação do PME, serão realizados encontros, de dois em dois anos, com o objetivo de promover balanços dos resultados alcançados, garantindo o princípio da participação e o exercício da democracia.

Do ponto de vista acadêmico-científico, esta pesquisa tem suma importância, uma vez que estabelece diálogo com a produção de TCCs em pedagogia, mais precisamente com trabalhos elaborados no campo da gestão educacional. Nesse sentido, ao acessar o Repositório Institucional da UFPB e buscarmos pelos TCCs marcados pelo descritor “gestão educacional”, que foram apresentados entre os anos de 2020 e 2024, organizados por meio da temática “gestão democrática”, nos deparamos com treze trabalhos.

Visto que estes trabalhos trazem seus temas e objetos específicos sobre gestão, foi notado que faltava incluir algo a mais nessa produção. Dessa maneira, a pesquisa realizada sobre as Configurações Gerais do Discurso Neoliberal e suas Implicações para a Gestão da Educação, promove uma explanação mais ampla do discurso neoliberal dentro dos setores de educação, da gestão, e é algo que consegue agregar valores junto às demais pesquisas, trazendo os saberes que já foram produzidos aos saberes expostos aqui. Se faz necessário saber mais sobre a temática desenvolvida, por não ter tantas contribuições voltadas para essa linha de pesquisa.

Ao elencarmos essas análises, nos deparamos com as seguintes pesquisas: Dantas (2020), que analisa o papel do gestor escolar e os possíveis desafios no seu ambiente de trabalho. Silva (2020), por sua vez, analisa elementos de convergência entre a gestão, a

gestão democrática e a promoção da qualidade social da escola. Santana (2020), mostra as implicações que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) traz para a gestão da escola. Almeida (2021) analisa os desafios da gestão escolar diante das relações de poder estabelecidas na ECIT D. José Maria Pires, em João Pessoa. Rodrigues (2021) investigou as correlações enunciativas entre a gestão democrática e a EJA no Plano Municipal de Educação de João Pessoa (2015-2025). Silva (2021) pesquisou sobre como a gestão escolar compreende a presença da educação sexual na escola pública. Belo (2021) investigou as contribuições da educação popular, no âmbito da extensão universitária, para a formação de gestores escolares, em uma perspectiva da gestão democrática. Souza (2023) teve por objeto a compreensão do processo da gestão democrática, levando em consideração os seus princípios, objetivos e concepções. Silva (2023) pesquisou a importância e a percepção da população sobre o Orçamento Participativo no município de Pedro Régis no Estado da Paraíba. Macedo (2021) trouxe sua contribuição dentro desse mundo da pesquisa. Maciel (2023) examinou a percepção dos estagiários de pedagogia sobre a gestão escolar na EJA. Souza (2023) estudou sobre o legado educacional da campanha *De pé no chão também se aprende a ler* para pensarmos o princípio da gestão democrática da educação. Por fim, Leal (2024) investigou o enunciado da gestão educacional na ordem do discurso político-pedagógico, a partir desse marco constitucional.

Esse conjunto de pesquisas demonstram a relevância acadêmica da gestão educacional no curso de pedagogia. Particularmente, pesquisas como as de Silva (2020), Rodrigues (2021), Belo (2021), Souza (2023) e Leal (2024), que trazem na composição de seu objeto de análise o elemento da gestão democrática, geram um ambiente investigativo ao qual esta pesquisa se soma. Este diálogo é construído mediante a necessidade de uma análise das configurações gerais do discurso neoliberal como um imperativo à luta social pela defesa da escola pública por meio da gestão democrática da educação. Portanto, minha trajetória na militância política pelo direito à educação como mulher indígena, minha inserção na pesquisa por meio da Iniciação Científica no Curso de Pedagogia, a presença da gestão democrática da educação nos dispositivos legais e nos TCCs do Curso de Pedagogia, são evidências inequívocas da relevância subjetiva, político-pedagógica e acadêmico-científica do objeto de pesquisa ora proposto.

## 1.2 O DISCURSO NEOLIBERAL E A GESTÃO EDUCACIONAL: SITUANDO O PROBLEMA DA PESQUISA

O neoliberalismo se apresenta como uma espécie de terapia para a crise, o que implica em uma série de estratégias políticas e administrativas que visam desresponsabilizar o Estado de seus deveres constitucionais no âmbito das políticas sociais (Cabral Neto, 2016). Aqui, pretendemos investigar esta estratégia discursiva neoliberal de fazer política justamente negando sua dimensão política. Ou seja, como essa lógica lança mão do discurso de afirmar decisões e visões de mundo pautadas na técnica e na racionalidade, se colocando fora ou acima da política, paradoxalmente como uma estratégia política: a ideologia da neutralidade ideológica. Desse modo, partimos do pressuposto de que este não é meramente um pano de fundo político-econômico para a gestão da educação, mas uma condição discursiva de interdição do enunciado da gestão democrática da educação no Brasil.

Conforme Cabral Neto (2016), a política educacional no Brasil é um tema complexo, que envolve diversas esferas, incluindo políticas públicas, economia, diretrizes neoliberais, políticas ambientais etc. Existem alguns aspectos que resumem bem essa análise, onde as políticas públicas em educação visam garantir o acesso e a qualidade do ensino para todos os cidadãos, que é direito de todo cidadão ter educação de qualidade e gratuita. Por isso, temos o Plano Nacional de Educação (PNE), que é um exemplo de política pública que estabelece metas e diretrizes para o setor educacional, sem pensar em questões partidárias, perpassando os governos atuais e futuros. Esses projetos são fundamentais para que se tenha garantias de pautas específicas sendo asseguradas e concretizadas independentemente de governos.

Cabral Neto (2016) chama atenção para projetos, planos e manobras políticas que querem negar o valor da política, trazendo um discurso neoliberal. Essa política, também conhecida como política neoliberal, contraria todas as políticas sociais existentes, pensadas para o bem coletivo. A política neoliberal tem influenciado as diretrizes educacionais, promovendo a privatização e a redução do papel do Estado na educação. É algo preocupante diante de um quadro social em que há uma parcela considerável da população que necessita das políticas sociais, das políticas pensadas de maneira a inserir, a incluir, a fortalecer as classes menos favorecidas a ter direito a voz, a democracia.

Essa abordagem, pode levar a um aumento na concorrência entre instituições de ensino e ao surgimento de modelos educacionais mais flexíveis, gerando preocupações sobre a qualidade e a equidade no acesso à educação. Seria algo que gera desconforto mediante a tal situação, onde pensar em uma educação sem ter acesso a mesma por causa de condições

sociais. A equidade seria sufocada e colocada no banco de reserva, ou até mesmo extinta, possibilitando um grande retrocesso educacional.

A dimensão educacional é tão grande, que pode afetar toda uma sociedade. Ela tem uma ampla função social, cultural, além da relação educação e economia, que é fundamental, uma vez que investimentos em educação são essenciais para o desenvolvimento econômico do país e a sociedade precisa desse investimento. De acordo com a Constituição de 1988, o Estado brasileiro tem esse papel de assegurar melhorias e qualidade no sistema educacional. Como pensar uma sociedade tão diversa, sem recursos públicos para a educação e outros direitos sociais? Como garantir autonomia político-pedagógica às escolas dentro de uma lógica segundo a qual serviços públicos devem funcionar na perspectiva do setor privado?

Diante desse cenário desafiador para a gestão educacional, considerando a reverberação do discurso neoliberal enquanto lugar comum, nos pomos diante de questões do tipo: como a gestão educacional pode ser inclusiva, equitativa, promover educação pública de qualidade? Nesse cenário, nosso problema de pesquisa consiste na seguinte questão: *que série de implicações a gestão educacional sofre diante do discurso neoliberal*. Tendo em vista esta questão, os objetivos específicos desta pesquisa consistiram: a) analisar as estratégias discursivas neoliberais de fazer política negando a política; b) entender o discurso neoliberal como produtor de doutrinas políticas e econômicas; c) demonstrar como o discurso neoliberal elide enunciados como gestão democrática da educação, direito à educação e ensino público de qualidade.

### 1.3 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Neste primeiro capítulo, apresentamos os objetivos geral e específicos da pesquisa, apresentamos a justificativa acerca da relevância do objeto analisado por meio de elementos subjetivos, político-pedagógicos e acadêmicos. Na sequência problematizamos o objeto por meio de uma discussão acerca do neoliberalismo como categoria de análise e sua relação com a política e a gestão da educação.

O segundo capítulo, por sua vez, apresenta os apontamentos teóricos-metodológicos acerca da Pesquisa, discute a gestão democrática da educação como princípio constitucional e o neoliberalismo enquanto o discurso ideopolítico. Esse tópico traz os diferentes tipos de definições sobre o neoliberalismo, elencando alguns autores e suas diferentes óticas sobre o neoliberalismo. No tópico relativo à metodologia da pesquisa caracteriza a investigação proposta como pesquisa bibliográfica apresenta algumas noções próprias da Análise

Arqueológica do Discurso, as fontes primárias da pesquisa e as etapas procedimentais da investigação.

O terceiro capítulo aborda a ordem do discurso neoliberal e suas implicações para o campo da gestão educacional. Nessa etapa são trazidos os resultados por meio da análise da ordem do discurso neoliberal, considerando os escritos de Hayek e Friedman. Esses textos, como fontes da pesquisa, permitem acessar os mecanismos neoliberais que interditam dizeres relacionados à educação como direito social, à organização política da comunidade escolar e à gestão democrática. O capítulo finaliza mostrando o campo da gestão educacional diante do discurso neoliberal, evidenciando os problemas educacionais. Nessa perspectiva, dialogamos com os autores do segundo capítulo, tendo em vista confrontar alguns dos elementos discursivos analisados.

As considerações finais, retomam o objeto da pesquisa, avalia o alcance dos objetivos estabelecidos e tece algumas considerações em função dos achados do capítulo terceiro. Nesse sentido, apresenta algumas reflexões acerca das estratégias discursivas neoliberais de fazer política negando a política. Busca explicitar como discurso neoliberal produz doutrinas políticas e econômicas e por fim, demonstra como o discurso neoliberal elide enunciados como gestão democrática da educação, direito à educação e ensino público de qualidade.

## 2 APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS ACERCA DO OBJETO DA PESQUISA

Neste capítulo apresentamos alguns dos principais correlatos discursivos relativos à gestão democrática da educação e do neoliberalismo. Além disso, trazemos algumas noções investigativas próprias da Análise Arqueológica do Discurso, como teoria e caixa de ferramentas proposta por Michel Foucault (2008) e que auxiliam na caracterização da pesquisa.

### 2.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO COMO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL

Fernandes *et. al.* (2014) questionam o que é democracia e como ela ocorre. Talvez sejam questões simples a serem respondidas, porém, nem sempre a democracia atua de maneira a ser igualitária. Quando se trata de educação, a gestão democrática da educação, é um conceito que busca promover a participação coletiva no processo educacional, assegurando que todos os envolvidos, tenham voz nas decisões que afetam o ambiente escolar e a formação dos estudantes. Essa democracia nem sempre é uniforme, depende dos interesses dentro do espaço. Sendo assim, “[...] gestão democrática do ensino a partir do início dos anos de 1990, passou a conviver com diferentes constructos sobre gestão, anunciando que esse é um campo em disputa” (Fernandes *et. al.*, 2014, p. 2).

No Brasil, a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) são os principais documentos que estabelecem os princípios e objetivos da Educação Básica. As diretrizes para a Educação Básica são fundamentais para a construção de um sistema educacional eficaz e democrático. Visto que existe um processo político envolvendo a educação, a “gestão democrática da educação pode ser entendida como processo de aprendizado e de luta política que vai além da prática educativa [...]” (Dourado *apud.* Fernandes *et. al.* 2014, p. 3).

Essa gestão, por sua vez, refere-se à administração das instituições de ensino, englobando planejamento, execução e avaliação das atividades escolares, onde a mesma age conforme currículo escolar e que propõe que essa administração seja realizada de forma participativa. As políticas são fundamentais, pois são através delas que existem as diretrizes e normas que orientam o sistema educacional, visando garantir o acesso e a qualidade da

educação. A gestão democrática deve estar alinhada com políticas que promovam a equidade e a inclusão e colocadas como ponto principal, a participação e a democratização do ensino, pela qualidade do ensino público, pois se trata do conjunto de diretrizes e normas que orientam a Educação no país (Fernandes *et. al.*, 2014).

O envolvimento de diferentes setores da sociedade na gestão escolar, promovendo uma maior transparência e responsabilidade, transforma a educação em um processo participativo, onde as famílias contribuem no currículo escolar, na elaboração de projetos pedagógicos. É importante ressaltar a capacitação contínua dos educadores para que possam atender às demandas da gestão democrática, desenvolvendo habilidades que permitam a participação ativa e crítica. A gestão democrática deve ser capaz de reconhecer e valorizar a diversidade cultural e social, promovendo práticas que garantam a inclusão de todos os estudantes, mesmo que exista ainda em alguns casos, uma resistência à mudança (Fernandes *et. al.*, 2014).

Muitas vezes, a implementação de uma gestão democrática enfrenta resistência por parte de gestores e educadores que estão acostumados a modelos tradicionais de administração. É essencial que os líderes educacionais sejam preparados para conduzir processos democráticos, o que demanda investimento em formação e desenvolvimento de habilidades, até para garantir que as práticas de gestão democrática sejam mantidas ao longo do tempo, superando a rotatividade de gestores e mudanças políticas. É fundamental que as políticas educacionais apoiem e incentivem essa prática, promovendo uma verdadeira transformação no cenário educacional brasileiro (Fernandes *et. al.*, 2014).

O direito à educação é um princípio fundamental garantido pela Constituição brasileira, que estabelece que a educação é um direito de todos e deve ser promovida pelo Estado, pela família e pela sociedade. Os direitos garantem que possa contemplar a pluralidade existente, seja ela pública ou privada. A legislação educacional brasileira, incluindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), define as diretrizes e normas que orientam a educação no país, assegurando acesso, permanência e qualidade. De acordo com “o inciso V do art. 53 que se deve assegurar “[...] acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência [...]” (Brasil *apud* Cury, 2007, p. 8). O acesso à educação é um dos pilares da política educacional e da gestão democrática da educação.

O Estado deve garantir que todos os cidadãos tenham a oportunidade de ingressar e permanecer na escola, independentemente de sua origem social, raça ou condição econômica. Programas e políticas públicas, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), visam minimizar as desigualdades e ampliar o acesso à

educação básica. O acesso, a permanência, a qualidade da educação, e “a escola como espaço de construção democrática, respeitado o caráter específico da instituição escolar como lugar de ensino/aprendizagem” (Cury, 2007, p. 12).

Nessa linha de pensamento, “a gestão democrática da educação é, [...] por injunção da nossa Constituição (art. 37) [...] transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência” (Brasil *apud* Cury, 2007, p. 12). A qualidade do ensino é um tema central na gestão educacional. Para assegurar uma educação de qualidade, é necessário investir na formação de professores, na infraestrutura das escolas e na elaboração de currículos que atendam às necessidades dos alunos. Avaliações, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), são utilizadas para monitorar e melhorar a qualidade do ensino nas escolas.

A educação básica no Brasil é dividida em três etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Cada uma dessas etapas possui suas particularidades, objetivos e diretrizes específicas. O fortalecimento da educação básica é crucial para a formação de cidadãos críticos e participativos na sociedade. A gestão democrática da educação é um princípio que busca envolver a comunidade escolar no processo decisório, promovendo a participação de alunos, pais e professores. Essa gestão deve ser transparente e inclusiva, garantindo que todos os interesses da comunidade sejam considerados na elaboração de políticas educacionais (Cury, 2007).

As políticas educacionais no Brasil são formuladas com base em diretrizes que visam promover a equidade, a qualidade e a acessibilidade da educação. A elaboração dessas diretrizes envolve a participação de diferentes segmentos da sociedade e deve estar alinhada às necessidades locais e regionais. Para o autor, “[...] todo o gestor educacional acaba de uma forma ou de outra lidando com recursos financeiros” (Cury, 2007, p. 8). O direito à educação é um componente essencial para o desenvolvimento social e econômico do Brasil. A legislação educacional, a gestão democrática, o acesso e a qualidade do ensino são aspectos interligados que precisam ser constantemente aprimorados para garantir que todos os cidadãos tenham a oportunidade de uma educação de excelência.

## 2.2 NEOLIBERALISMO ENQUANTO DISCURSO IDEOPOLÍTICO

O neoliberalismo é uma corrente de pensamento ideológica, econômica e política que ganhou destaque no mundo a partir da década de 1970, especialmente em resposta às crises econômicas da acumulação fordista, geradas pelo capital, em diversos países. Sua proposta

central gira em torno da redução da intervenção do Estado na economia, promovendo a liberdade de mercado como motor de desenvolvimento e crescimento. Nesse período, houve diversos enfrentamentos instalados pelas crises em setores que afetaram as diversas economias. Fortalecido por líderes políticos, como Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos, essa visão de mundo teve seus principais laboratórios na América Latina com a implantação de ditaduras.

Andrade (2019), em sua pesquisa, chama atenção para a compreensão de que a lógica neoliberal converte até mesmo a linguagem em mercadoria. Ou seja, o discurso neoliberal promove uma homogeneização que reforça o modelo empresarial no serviço público, na vida cotidiana e mesmo em nossas subjetividades. De acordo com o Andrade (2019), “neoliberalismo é a linguagem da economia ortodoxa que dá a aparência de uma descrição científica do real à utopia do livre mercado, convertendo-a em projeto político” (Andrade, 2019, p. 7).

Bonfante (2023), diz que “o objetivo [...] é apresentar esse recente debate das ciências sociais sobre a pertinência e a definição de neoliberalismo”. Em revisão acerca da produção acadêmica sobre neoliberalismo e linguagem, Bonfante (2023) aborda a relação entre discurso e racionalidade econômica sob uma perspectiva performativa. Contudo, existe ainda uma inquietação, quando Andrade (2019), afirma que os “autores que se debruçaram sobre a história do conceito apontam para a falta de definições nos textos acadêmicos” e isso lhes causa uma dificuldade para buscar dados para uma nova pesquisa, sendo assim necessário que haja mais pesquisas sobre a temática.

A discussão também explora como o neoliberalismo se entrelaça com forças conservadoras e reacionárias, alimentando uma educação consumista e a divisão sexual do trabalho, além do poder ideológico neoliberal, onde temos:

o ideário do neoliberalismo vê seu triunfo nos anos 1980, não apenas pela sua maciça implementação nos países capitalistas seguindo a liderança da Dama de Ferro, mas pela sua infiltração ideológica em governos que diziam combatê-lo: governos sociais-democratas ultrapassaram os conservadores de direita com programas de governo radicalmente neoliberais, ajudando a desvelar a hegemonia alcançada pelo neoliberalismo como ideologia, como discurso e como força pragmática (Bonfante, 2023, p. 4).

A crítica antineoliberal também é fundamentada em teorias feministas e destaca o papel central da linguagem na pedagogia neoliberal, na sedução do capital e na legitimação ideológica do neoliberalismo colonial-patriarcal. Autoras como Brown e Gago (apud.

Bonfante, 2023) argumentam que o neoliberalismo não apenas perpetua desigualdades, mas também se nutre de uma masculinidade que se expressa em práticas de violência e dominação, onde “o neoliberalismo fábrica ‘homens úteis, dóceis ao trabalho, dispostos ao consumo’” (Dardot; Laval, *apud* Bonfante, 2023, p. 6).

Um exemplo emblemático desse *modus operandi* patriarcal do discurso neoliberal é a deposição da presidenta Dilma Rousseff, que foi obrigada a deixar suas atribuições, acusada de crime de responsabilidade fiscal. Ela foi exposta como criminosa, onde o senado fez a acusação, que posteriormente levaria ao *impeachment*. A oposição criou um ambiente político-midiático para tornar sua conduta duvidosa, passando para a população medo, insegurança, principalmente no campo econômico, minando sua credibilidade mandatária. Todo processo foi massacrante, humilhante, mas, por não haver crime que pudesse manchar sua história política, não houve sequer cassação de seus direitos políticos. Logo, “a responsabilidade feminista em engajar-se reflexivamente com o neoliberalismo e propor respostas para seus problemas sociais se deve ao fato de que ‘neoliberalismo não sabe propor nenhum modelo de integração social’” (Zizek *apud* Bonfante, 2023, p. 12).

A linguagem é um campo privilegiado para observar e desafiar o neoliberalismo, as diversas perspectivas críticas podem oferecer novas formas de enfrentamento para as desigualdades e a violência inerentes a esse sistema. A produção científica revisada enfatiza a necessidade de uma ética discursivo-econômica que priorize a coletividade e a transformação social, desafiando a normalização de práticas econômicas distópicas e promovendo uma visão mais humanista e inclusiva. Sendo assim, “a literatura discutida tem em comum um desejo de desafiar a ordem neoliberal vigente, para gerar novas e melhores condições para a vida humana, a partir de uma ética discursivo-econômica que privilegia a coletividade” (Bonfante, 2023, p. 13).

A intersecção entre linguagem e neoliberalismo na América Latina tem atraído a atenção de estudiosos que buscam entender como a linguagem molda e é moldada por práticas neoliberais. A linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas também uma ferramenta de poder e controle. As escolhas linguísticas refletem e perpetuam estruturas sociais, políticas e econômicas. No contexto neoliberal, a linguagem pode ser utilizada para legitimar desigualdades e justificar políticas de austeridade (Bonfante, 2023).

No neoliberalismo, a performatividade pode ser vista na maneira como indivíduos e grupos se posicionam em relação a normas de mercado e expectativas sociais, muitas vezes internalizando discursos de sucesso e fracasso. Os feminismos, os movimentos negros, indígenas, muitas formas de organização popular oferecem críticas importantes ao

neoliberalismo, destacando como as políticas neoliberais afetam desproporcionalmente as minorias. As linguagens populares desafiam narrativas dominantes e buscam criar novas formas de expressão que promovam a igualdade. Essa perspectiva é vital para uma análise crítica da linguagem dentro do contexto neoliberal. A relação entre a linguagem e o neoliberalismo na América Latina é um campo de estudo rico e multifacetado.

O debate em torno da definição do que é o neoliberalismo, dialoga com alguns clássicos do pensamento como Michel Foucault, Max Weber, o marxismo, dentre outros que possam ajudar a analisar esse discurso tão cheio de nuances. Segundo Andrade (2019, 1): “neoliberalismo é um conceito polêmico” (Andrade, 2019, p. 1).

Para Andrade (2019, p. 2), “a dimensão polêmica do termo ganhou nova roupagem com as reformas liberalizantes de Pinochet no Chile em 1978”. A política é norteadora de muitas discussões necessárias para a sociedade, para que se consiga pensar além do próprio eixo. As políticas mudam uma sociedade e assim, na América Latina, têm gerado profundas transformações sociais e culturais, impactando a maneira como a linguagem é utilizada e percebida. Nesse sentido,

foi somente a partir dos anos 2000 que a polêmica ao redor do neoliberalismo se requalificou academicamente, com cientistas sociais de diferentes especialidades se esforçando por oferecer definições mais precisas. Chegando às partilhas de Bourdieu, Wacquant, Harvey, com isso o debate passou a ter mais engajamento, mas volume teórico, porém ainda existia uma lacuna entre a palavra, o conceito e a concordância com os termos. Afinal, se o neoliberalismo está em toda parte, o que o define? Quais são seus traços distintivos? (Andrade, 2019, p. 3).

O neoliberalismo é abordado na literatura como uma forma de governança que vai além de uma simples ideologia ou política econômica, sendo visto como uma maneira de moldar a existência e as relações sociais. Logo, “uma das dimensões do neoliberalismo é a utilização da linguagem e dos critérios da economia *mainstream* como forma de legitimação técnica da autoridade do Estado” (Davies, *apud*. Andrade, 2019, p. 7).

Michel Foucault analisa o neoliberalismo através de duas vertentes: o neoliberalismo alemão e o neoliberalismo americano, destacando que, em ambos os casos, ele não atua como um princípio limitador, mas sim como um fundador do Estado. “Governar no sentido de ‘guiar os homens, de dirigir as suas condutas, de constranger as suas ações e reações” (Foucault, *apud* Andrade, 2019, p. 9). A norma neoliberal se caracteriza pela lógica do

mercado, que se expande para além de suas fronteiras tradicionais, afetando o Estado, as políticas públicas e as subjetividades individuais.

O marxismo usa a criticidade de como ver o neoliberalismo, sendo como uma estratégia política que reforça a hegemonia de classe e se expande globalmente, surgindo após a crise estrutural da década de 1970. Essa nova ordem social impõe uma disciplina ao trabalho e estabelece novos critérios gerenciais, utilizando instrumentos como o livre comércio. A desigualdade crescente é justificada como um estímulo à inovação e ao risco, enquanto a ideologia neoliberal é vista de maneiras distintas, com alguns a considerando uma nova hegemonia internacional e outros a subestimando (Andrade, 2019).

As críticas ao neoliberalismo são variadas e refletem diferentes abordagens teóricas. Enquanto alguns críticos apontam a falta de atenção às classes sociais e ao capital, outros argumentam que a luta contra o neoliberalismo deve se concentrar em quatro dimensões principais: a economia globalizada, a luta anti disciplinar, a teórica e simbólica, e as disposições subjetivas. Essas dimensões estão inter-relacionadas e, para uma compreensão mais profunda do neoliberalismo, é necessário mapear o debate nas ciências sociais e evitar confusões com o conceito de Estado mínimo (Andrade, 2019).

O neoliberalismo tem sido alvo de críticas significativas nas ciências sociais, principalmente por suas consequências sociais e econômicas. Entre as principais críticas, destacam-se: aumento da desigualdade social; redução dos direitos trabalhistas; crise de serviços públicos, como saúde e educação; desemprego e precarização do trabalho. Essas críticas geraram um renovado debate nas ciências sociais, levando à análise das implicações do neoliberalismo não apenas na economia, mas também em áreas como política, cultura e meio ambiente. Embora tenha promovido crescimento econômico em certos contextos, é um tema controverso que suscita debates sobre sua eficácia e suas consequências sociais. A compreensão desse conceito é essencial para analisar as dinâmicas sociais e econômicas contemporâneas, bem como para propor alternativas que visem um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

### 2.3 DISCURSO, ENUNCIADO E FONTES PRIMÁRIAS: CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA E ALGUNS APONTAMENTOS PROCEDIMENTAIS

Considerando o objeto da pesquisa anunciado no capítulo introdutório *a série de implicações que a gestão educacional sofre diante do discurso neoliberal*, selecionamos dois livros importantes no plano teórico para examinar o discurso neoliberal, a saber: Livre para

escolher e O caminho da Servidão. Ambas as publicações convergem para a defesa do livre mercado, da iniciativa privada, da liberdade econômica dentre outros elementos discursivos típicos do neoliberalismo.

A primeira fonte primária proposta para análise, o livro *Livre para escolher*, é de autoria do economista Milton Friedman. Publicado originalmente em língua inglesa, no ano de 1980, considerado um clássico no campo da economia, sob uma óptica liberal contemporânea. Tivemos acesso a uma edição traduzida em língua portuguesa e publicada no ano de 2015, pela Editora Record, em formato de E-book.

A segunda fonte primária proposta para análise foi o livro *O caminho da servidão*, de autoria do economista Friedrich A. von. Hayek. Publicado originalmente em língua inglesa, no ano de 1944, igualmente considerado um clássico no campo da economia, sob a ótica liberal contemporânea. Tivemos acesso a uma edição traduzida em língua portuguesa e publicada no ano de 1990, editado pelo Instituto Liberal, publicado em formato de *E-book* pelo OrdemLivre.org.

Ambos fazem uma defesa do liberalismo, uma crítica ao estado de bem estar social e tentam criar uma simetria entre socialismo e os regimes totalitários da Europa da primeira metade do século XX. Em suma, tanto Friedman quanto Hayek ganham projeção com suas ideias (neo)liberais de falência do Estado e necessidade de enxugamento da máquina pública com as privatizações, concessões, políticas de austeridade. No Brasil, essa visão passa a estruturar as reformas das políticas educacionais nos anos 1990, trazendo para a gestão da educação uma perspectiva gerencialista e privatista.

Diante do objeto de pesquisa e dos textos-fonte apresentados, essa investigação tende a ser lida tradicionalmente como uma pesquisa bibliográfica. Segundo Sousa *et. al.* (2021, p. 66):

A pesquisa [bibliográfica] baseia-se no estudo da teoria já publicada, assim é fundamental que o pesquisador se aproprie no domínio da leitura do conhecimento e sistematize todo o material que está sendo analisado. Na realização da pesquisa bibliográfica o pesquisador tem que ler, refletir e escrever o sobre o que estudou, se dedicar ao estudo para reconstruir a teoria e aprimorar os fundamentos teóricos.

Todavia, cabe ressaltar que recorreremos aos instrumental teórico e analítico foucaultiano, mais precisamente às noções de discurso e enunciado para analisar o objeto da pesquisa. A primeira noção que lançamos mão é a de discurso, que em uma perspectiva arqueológica se trata de uma série de enunciados apoiados em um mesmo sistema de

formação discursiva. A noção foucaultiana de enunciado, por sua vez, trata-se de uma modalidade particular de existência do signo. Nessa perspectiva o correlato de um enunciado sempre será outro enunciado, de modo que esta é uma noção relacional. O enunciado é uma função da linguagem e que faz o discurso funcionar (Foucault, 2008). No caso do discurso neoliberal, localizar seus enunciados é fundamental para entender seus mecanismos de interdição de uma perspectiva democrática de gestão educacional.

Diante disto, as fontes da pesquisa não consistem nos livros selecionados, mas nos próprios discursos e enunciados analisados. Nessa perspectiva, os livros consultados são peças empíricas que permitem acesso aos enunciados e discursos que não são empíricos, mas regiões particulares da linguagem e que circulam nos livros consultados. Por essas razões, não se trata de uma pesquisa bibliográfica, mas de uma análise arqueológica do discurso neoliberal.

Do ponto de vista procedimental, Conforme Alcântara e Carlos (2013), adotou-se neste três procedimentos metodológicos básicos nas pesquisas em Análise Arqueológica do Discurso, que remetem a fases ou etapas da produção, a saber: 1 mapeamento dos documentos, 2 escavação da zona do discurso, 3 análise e descrição dos enunciados.

Fase 1 – Mapeamento dos documentos: “nessa fase da investigação, o objetivo é identificar, selecionar e organizar o corpus documental que propiciará a investigação” (Alcântara e Carlos, 2013 p. 72). Nessa etapa, empregou-se inicialmente os textos de Friedrich Hayek e Milton Friedman, visto que são considerados textos relevantes no campo não discursivo, isto é, eles têm uma relevância no campo político e acadêmico, todavia lançam mão de estratégias/elementos discursivos para dizer o que dizem no âmbito político e acadêmico. Localizando os capítulos, os tópicos e os trechos desses livros para melhor explicitar os correlatos enunciativos do neoliberalismo, além de identificar eventuais textos-fontes secundários citados nesses livros.

Fase 2 – Escavação da zona do discurso: “é o momento da 'leitura' sistemática de todo o material mapeado, de adentrar o solo arqueológico em busca dos artefatos enunciativos” (Alcântara e Carlos, 2013, p. 72). Realizou-se leituras, resumos, fichamentos dos textos selecionados, de Hayek (2015), com o livro *O Caminho da Servidão* e Friedman (1990), com o livro *Livre para escolher*, tendo em vista a necessidade de explicitar os correlatos enunciativos constitutivos da ordem do discurso neoliberal. Todavia, essas leituras não objetivaram realizar apenas resumos, e fichamentos. Essas estratégias de estudo serviram para

subsidiar a análise, propriamente dita: identificar, através de ideias, palavras-chave e expressões que conferem inteligibilidade à ordem do discurso neoliberal.

Fase 3 – Análise e descrição dos enunciados: “para realizar esse procedimento, identificação das unidades enunciativas, isto é, a partir do documento consultado, ele confere visibilidade aos enunciados soterrados [...]” (Alcântara e Carlos, 2013, p. 73). Foi necessário analisar e descrever os achados, tendo em vista não simplesmente repetir Hayek ou Friedman, mas explicar como as regularidades, as dispersões, as estratégias, em suma, os mecanismos discursivos que são utilizados na construção dos dizeres que circulam nos textos e produzem determinadas maneiras de se enxergar as relações entre o público e o privado.

### 3 A ORDEM DO DISCURSO NEOLIBERAL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O CAMPO DA GESTÃO EDUCACIONAL

Neste capítulo, trazemos os resultados da pesquisa por meio da análise da ordem do discurso neoliberal. Tomamos como ponto de partida as produções de Milton Friedman (2015) e Hayek (1990), que articulam discursos que produzem narrativas fundadas articuladas a enunciados como liberdade, o capitalismo, a economia, a despolitização, a privatização de redes de ensino. Nessa perspectiva, busca-se descrever e analisar o objeto da pesquisa, que são os próprios enunciados do neoliberalismo e suas estratégias de elisão do enunciado da gestão democrática da educação.

#### 3.1 MILTON FRIEDMAN E A ALEGADA LIBERDADE DE ESCOLHER

Friedman (2015), em seu escrito, traz elementos-chave como poder, política, economia, liberdade, gestão, capitalismo, dentre outras. Afirma ainda que é importante pensar em como o mercado pode relacionar a liberdade e a cooperação. Friedman (2015, p. 20), em sua introdução, diz que “Smith analisou o modo pelo qual um sistema de mercado poderia combinar a liberdade dos indivíduos na busca de seus próprios objetivos com a ampla cooperação e colaboração necessárias no campo econômico para produzir nossa comida, nossa roupa, nossa habitação”.

Com isso, o autor mostra a ideia ou como era a percepção de Adam Smith mediante ao cenário econômico. Logo, “pensando nessa percepção de mundo, percebe-se que ‘ao buscar seu próprio interesse, frequentemente promove o da sociedade mais efetivamente do que quando de fato deseja promovê-lo’” (Smith *apud*. Friedman, 2015, p. 20).

Buscando explicar a sua forma de externar a liberdade econômica, Friedman (2015), faz menção a países avançados em questão de tecnologia e desenvolvimento industrial, como Estados Unidos e Grã-Bretanha. Deste modo, “[...] a combinação de liberdade econômica e política produziu uma era de ouro tanto na Grã-Bretanha quanto nos Estados Unidos no século XIX, onde a agricultura era a principal atividade econômica” (Friedman, 2015, p. 21).

O sistema capitalista é regido por regras e muitas demandas mediante a suas especificidades momentâneas. Com base na leitura realizada, a ideia de trazer esse lado mais ideológico é confrontar de maneira indireta as ideias comunistas e pontuar suas formas de lidar com o setor capitalista e sua forma de governar e lidar com a crise. O autor conversa com os leitores dizendo que para no comunismo,

toda sua ideologia está centrada na suposta exploração da mão de obra no capitalismo e na superioridade associada de uma sociedade baseada na frase de Marx: “de cada qual segundo sua capacidade, a cada qual segundo suas necessidades”. Mas a incapacidade de governar uma economia puramente de comando tornou impossível separar totalmente a renda dos preços. (Friedman, 2015, p. 40).

Toda essa discussão, perante o setor econômico, gera pontos conflitantes com a política econômica e com o pensamento de um livre-comércio. Assim, para essa forma de analisar a questão, “o livre-comércio não promoveria apenas nosso bem-estar material, ele promoveria a paz e a harmonia entre as nações e estimularia a concorrência interna” (Friedman, 2015, p. 56 e 57). Passeando pela liberdade econômica, ou no que se diz sobre ela, vem de maneira interpretativa a visão de propriedade e bens numa perspectiva neoliberal. Essa liberdade é explorada em vários segmentos.

Nessa perspectiva liberal, o governo até desempenha um papel importante dentro da sociedade. Mas nem sempre essa ideia é bem vista, causando desconforto quando se trata de interesses individuais. Muitas vezes disfarçados de coletivistas.

Ao falar sobre educação, Friedman (2015, 2015, p. 84), diz que “os alunos de colégios religiosos foram acusados de gazeteiros por violarem a legislação de comparecimento obrigatório porque seus professores não tinham as folhas de papel necessárias certificando seu cumprimento das exigências estaduais”. As instituições públicas são apontadas como locais onde mais se investe na área da educação e não se tem o retorno desejado ou não se consegue produzir. Nesses apontamentos, são mostrados os altos custos de um acadêmico e logicamente tudo isso reflete dentro da sociedade, que muitas vezes está tão vulnerável, desacreditada justamente, por causa dessas manobras de jogar recortes de situações voltadas para a economia, política, educação, e assim, não se consegue ter uma ideia concreta da importância das instituições públicas e até mesmo da própria funcionalidade social que o governo fornece.

O autor menciona em seu discurso que os únicos beneficiados com os gastos estatais com educação

são alunos universitários que conseguem vale-alimentação e, talvez, outras formas de auxílio; são famílias com renda confortável que recebem subsídios para habitação e assim por diante, nas formas de auxílio mais variadas do que a sua ou a nossa imaginação possa conceber. Uma parte vai para as fraudes (Friedman, 2015, p. 123).

Afirmar que os programas sociais são uma fraude, que não deveriam existir, traz para cá o forte interesse intrínseco de propagar a falta de uma boa gestão administrativa dentro dos setores públicos, de maneira a se ter uma mão de ferro para liberação de recursos financeiros. Confirmando a ideia de que os programas sociais são viciantes e geram um vínculo de tutela dos indivíduos, causando a esse indivíduo e o governo, uma ligação desnecessária e que causa gastos gritantes.

Buscando exemplificar que “todos devem ter o mesmo nível de vida ou de renda, devem terminar a corrida ao mesmo tempo” (Friedman, 2015, p. 146). Buscando trazer de maneira individual, o que é liberdade e igualdade, o autor enfatiza do ponto de ótica dele, fazendo a sua famosa jogada de marketing, ao justificar o conflito existente entre a liberdade e a igualdade. Assim, faz a constatação de que “a igualdade de resultados está em claro conflito com a liberdade” (Friedman, 2015, p. 146).

A crise, que se instalou, ou a crise espalhada de maneira proposital, vem aí as duras críticas aos serviços públicos e a intenção de deixar a credibilidade do mesmo minada por diversos apontamentos voltados para o setor educacional, onde o autor diz que “infelizmente, nos últimos anos, nosso histórico educacional ficou manchado” (Friedman, 2015, p. 167).

Abrangendo ainda “os pais se queixam da baixa qualidade de ensino que seus filhos recebem. Muitos ficam ainda mais preocupados com os riscos ao bem-estar físico de seus filhos” (Friedman, 2015, p. 167). Tais argumentos liberais criam um ambiente discursivo onde se naturaliza dizer que tudo o que é público é ineficiente, e dispendioso e sujeito à corrupção, enquanto o simples fato de se privatizar esses serviços já se saneia todos esses problemas.

Dessa maneira, “os professores se queixam de que a atmosfera na qual têm de trabalhar muitas vezes não é propícia ao aprendizado” (Friedman, 2015, p. 167). De acordo com Friedman (2015, p. 171), nos EUA, em meados do Séc. XX, com os “Insumos claramente em alta [...] o número de alunos caiu 4%, o número de colégios também caiu 4%. E achamos que poucos leitores irão objetar a afirmação de que a qualidade da educação caiu ainda mais drasticamente do que a quantidade”.

Uma das estratégias retóricas que identificamos no discurso neoliberal é a comparação entre a educação e o setor industrial, uma vez que são setores diferentes com demandas distintas. A educação é um direito para todos, a indústria no capitalismo serve para produzir capital, logo, tal comparação é descabida. Para o autor, “na educação, aqueles que, como nós, estão nas classes de renda maior preservam a liberdade de escolha” (Friedman, 2015, p. 173). No processo de escavação e coleta de dados identificamos outras estratégias retóricas do discurso neoliberal, que ignoram a sociedade e a economia. É um discurso que parte de

pressupostos de um mundo surreal, principalmente para pessoas com baixa renda. Infelizmente, as palavras entre linhas faz a mística de é ou não é.

Segundo Friedman (2015, p. 180), uma das soluções para amenizar os problemas com a educação estatal seria a concessão de voucher para famílias de baixa renda. Ana analisar as possibilidades de fraude, diz o seguinte:

Como se pode ter a certeza de que o voucher será gasto com a educação e não desviado para a cerveja do papai e as roupas da mamãe? A resposta é que o voucher teria de ser gasto em um colégio ou estabelecimento de ensino aprovado e só poderia ser resgatado em dinheiro por tais instituições. Isso não evitaria toda espécie de fraude — talvez na forma de “propina” para os pais —, mas manteria a fraude em um nível tolerável. A questão racial. Os programas de voucher foram adotados por um tempo em diversos estados do sul para evitar a integração. Foram julgados inconstitucionais. A discriminação por meio de um programa de voucher pode ser evitada pelo menos com a mesma facilidade com que é evitada nos colégios públicos, resgatando-se os vouchers apenas das escolas que não discriminam.

Os programas de governo são voltados para as questões sociais e pensados para grupos e pessoas que não tenham tido a oportunidade de ter acesso a um ensino superior ou até a uma qualidade melhor dentro do campo da educação. Segundo o autor, quem mais se beneficia dos vouchers são os pobres. Estranhamente, suas descrição ao invés de levar a uma certeza, leva a uma análise mais criteriosa e voltada para quem de fato são os maiores beneficiados. Onde diz que:

O projeto do voucher eliminará [...] O busing poderá ocorrer, e poderá, na realidade, aumentar, mas será voluntário [...] A falta de apoio de lideranças negras aos vouchers há muito nos intriga. Seus eleitores seriam os que mais se beneficiariam. Daria a eles o controle da educação de seus filhos, eliminaria o domínio dos políticos em toda a cidade e, ainda mais importante, a burocracia educacional enraizada. Os líderes negros frequentemente mandam seus próprios filhos para escolas particulares”. “Por que não ajudam as outras pessoas a fazer o mesmo? Nossa resposta, à primeira vista, é a de que os vouchers libertariam os negros do domínio de seus próprios líderes políticos, que atualmente veem esse controle sobre a educação como uma fonte de apadrinhamento político e de poder (Friedman, 2015, p. 181).

Aqui a defesa dos vouchers como solução para os problemas da educação se coloca como uma estratégia de inviabilizar a escola pública, uma vez que se põe como uma aparente solução intermediária: o Estado continuaria a financiar a educação dos mais pobres, só que dentro de instituições privadas de ensino. Isto, por um lado, evitaria críticas direcionadas à exclusão dos pobres do sistema educacional; de outro lado, atenderia aos interesses

econômicos das empresas que investem no ramo da educação, uma vez que se beneficiaram com a oferta desses serviços diretamente ao Estado.

O pensamento neoliberal, por sua vez, diz que “no nosso modo de ver, os mais pobres são os que mais se beneficiaram com o programa de voucher” (Friedman, 2015, p. 183). Será que de fato são mesmo os pobres os mais beneficiados? Há quem vá discordar dessas descrições. A educação não é um espaço que precise ser privado para que apenas alguns tenham direito a ter acesso a ela. Mais uma estratégia retórica do discurso neoliberal fica evidente: uma aparente preocupação em beneficiar os pobres, mas uma evidente omissão ao benefício direto aos grandes grupos empresariais do setor escolar e incalculáveis prejuízos aos trabalhadores da educação que veriam suas carreiras se precarizarem diante de tal proletarização.

### 3.2 FRIEDRICH A. VON. HAYEK E O SUPOSTO CAMINHO DA SERVIDÃO

Hayek (1990) inicia sua introdução dizendo que “as páginas que se seguem são o resultado de uma experiência que se aproxima tanto quanto possível dessa oportunidade de vivermos duas vezes o mesmo período histórico - ou, pelo menos, de observarmos duas vezes uma evolução de ideias muito semelhante” (Hayek, 1990, p. 30). Nesse discurso, o autor diz que: “[...] embora até 1931 a Inglaterra tenha avançado muito lentamente no caminho trilhado por outros países, estava tão adiantada nessa ocasião que só aqueles cuja memória alcança os anos anteriores à Primeira Guerra Mundial sabem o que era um mundo liberal” (Hayek, 1990, p. 41). O propositivo é vincular o passado com o presente, enfatizando a intencionalidade do ser individual.

Hayek (1990) defende que o individualismo não é uma rejeição da comunidade, mas sim uma forma de reconhecer e valorizar a liberdade individual como um pilar fundamental para o progresso social, argumentando que o individualismo quando compreendido corretamente, consegue promover a responsabilidade pessoal e a autodeterminação. Essa forma de trazer esse individualismo é uma maneira de afirmar que é essencial para a criação de uma sociedade dinâmica e criativa, onde os indivíduos podem contribuir de maneira significativa. O autor pontua sua forma de pensar sobre a individualidade, logo, “o individualismo tem hoje uma conotação negativa e passou a ser associado ao egoísmo. Mas o individualismo a que nos referimos, em oposição ao socialismo e a todas as outras formas de coletivismo, não está necessariamente relacionado a tal aceção” (Hayek, 1990, p. 42).

O processo histórico, vem vinculado a questões atuais, e para o autor, ele diz que: “não menos significativa é a história intelectual de muitos líderes nazistas e fascistas [...] na Itália ou na Alemanha surpreenderam-se com o número de líderes, começando por Mussolini [...]” (Hayek, 1990, p. 55). O estudo do processo histórico revela uma interconexão com questões contemporâneas, especialmente no que tange à gestão do poder. Aqui, há o destaque da história intelectual dos líderes nazistas e fascistas, mencionando figuras proeminentes como Benito Mussolini. Essa análise é crucial para entender como o discurso neoliberal opera, vinculando ideologias extremas à intervenção do Estado na economia e às políticas sociais.

O poder voltado para uma gestão, segundo o autor, a “centralização absoluta da gestão da atividade econômica ainda atemoriza a maioria das pessoas, sobretudo pela ideia em si mesma, mas também devido à tremenda dificuldade que isso implica” (Hayek, 1990, p. 67). Hayek enfatiza que a centralização absoluta da gestão da atividade econômica gera temor na população. Essa estratégia discursiva é eficaz, pois a ideia de um controle centralizado não apenas é alarmante, mas também implica em complexidades imensas na sua implementação. A centralização pode levar a um apagamento das liberdades individuais e a uma gestão ineficiente, o que assusta muitos cidadãos.

Essa ideia intensifica o poder do planejamento e “dos vários argumentos empregados para demonstrar a inevitabilidade da planificação, [...] só nos restando escolher entre o controle da produção por monopólios privados ou o controle pelo governo” (Hayek, 1990, p. 69). Quando o autor menciona a necessidade de descentralização, ele busca conectar “[...] um tipo de coordenação que dê aos órgãos particulares a autonomia de ajustar suas atividades a fatos que só eles podem conhecer, e que, no entanto, promova ao mesmo tempo um ajustamento mútuo dos seus respectivos planos” (Hayek, 1990, p. 74). Aqui é ressaltada a importância do planejamento econômico, onde se debate a escolha entre o controle por grupos privados como solução para os problemas econômicos. Segundo Hayek, a descentralização é fundamental para permitir que entidades particulares ajustem suas atividades com base em informações que só elas possuem, ao mesmo tempo em que promovem a coordenação entre seus planos.

Conforme essas ideias, “o economista é o último a atribuir-se os conhecimentos que o coordenador teria de possuir”. Ele empenha-se em defender um método que promova tal coordenação sem a necessidade de um ditador onisciente” (Hayek, 1990, p. 79). Hayek critica a abordagem democrática quando esta exige um consenso irrealista, sugerindo que a verdadeira coordenação econômica não deve depender de um único coordenador. Para ele, os

debates sobre planejamento muitas vezes encobrem a falta de um acordo genuíno sobre objetivos coletivos.

Para Hayek (1990, p. 86), “não é difícil perceber o que acontece quando a democracia dá início a uma linha de planejamento cuja execução exige um consenso muito maior do que na realidade existe”. O processo democrático, nesse discurso, seria algo fora de cogitação, por ser algo que iria retardar o processo em busca de um consenso. Pensar, planejar, tem um foco, um objetivo. Já o poder de decisão é algo que implica liderança e poder. sendo assim, para o neoliberal, “nos debates que conduziram à decisão, o objetivo do planejamento foi talvez designado por algum termo como ‘bem-estar comum’, termo que apenas oculta a ausência de um verdadeiro acordo sobre tal objetivo” (Hayek, 1990, p. 86).

Hayek (1990) argumenta que a democracia pode complicar a execução de planos que requerem um consenso amplo, o que pode atrasar o processo decisório. O planejamento tem um foco claro, enquanto as decisões envolvem liderança e poder, revelando que o conceito de "bem-estar comum" muitas vezes mascara a falta de um verdadeiro consenso.

O poder não se vincula apenas à decisão, mas também à liberdade e ao setor financeiro. A liberdade e o poder dela, atrelado ao dinheiro e a satisfação que liberdade econômica lhe pode fornecer. Para o autor, “seria muito mais certo dizer que o dinheiro é um dos maiores instrumentos de liberdade já inventados pelo homem” (Hayek, 1990, p. 112). O valor do capital financeiro é algo sempre vinculado ao discurso neoliberal, junto com a liberdade, trazendo essa associação, quando diz que “é o dinheiro que, na sociedade atual, oferece ao homem pobre uma gama de escolhas extraordinariamente vasta, bem maior do que aquela que há poucas gerações se oferecia aos ricos” (Hayek, 1990, p. 112).

A parte que é descrita dentro do discurso, mostra que “o controle econômico não é apenas o controle de um setor da vida humana, distinto dos demais” (Hayek, 1990, p. 114). Nessa ordem discursiva, o dinheiro é um dos principais instrumentos de liberdade criados pelo homem. O dinheiro proporciona ao pobre uma gama de opções muito maior do que o que era oferecido aos ricos no passado. O controle econômico impacta todos os aspectos da vida humana, sugerindo que a verdadeira liberdade de escolha é ilusória quando sujeita a critérios impostos por autoridades. Além disso, a propriedade privada é alçada ao status de solução fundamental para garantir a liberdade, tanto para proprietários quanto para não proprietários. Aqui, o mecanismo discursivo consiste em afirmar que a intervenção do Estado na economia transforma a posição de indivíduos e grupos em uma questão política central.

E assim, mais uma vez pontua a questão da liberdade e das escolhas, trazendo essa ótica mais neoliberal, quando afirma que “a "liberdade de escolha" seria puramente fictícia, [...] e com relação ao qual tudo que se poderia esperar seria uma seleção de acordo com critérios considerados objetivos pela autoridade” (Hayek, 1990, p. 117). O texto discute a liberdade e as escolhas sob uma perspectiva neoliberal. Hayek argumenta que a "liberdade de escolha" é uma ilusão, pois as decisões são frequentemente moldadas por critérios estabelecidos pelas autoridades.

Na narrativa do discurso neoliberal, a “nossa geração esqueceu que o sistema de propriedade privada é a mais importante garantia da liberdade, não só para os proprietários mas também para os que não o são” (Hayek, 1990, p. 126). Hayek (1990, p. 129), enfatiza que assim que “o Estado assume a tarefa de planejar toda a vida econômica, o problema da posição dos diferentes indivíduos e grupos torna-se inevitavelmente a questão política predominante” (Hayek, 1990, p. 129). As palavras que trazem “As idéias de 1789” - Liberdade, Igualdade, Fraternidade - são concepções características de sociedade baseadas no comércio, sem outra finalidade que a de garantir certas vantagens ao indivíduo” (Hayek, 1990, p. 188). Nessa ordem discursiva a propriedade privada é crucial para garantir a liberdade de todos. Quando o Estado tenta planejar a economia, as questões políticas se tornam centrais. Assim, ideias como “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” são reflexos de uma sociedade comercial, cuja intenção é assegurar benefícios individuais.

Para o autor, a liberdade se ergue mediante ao interesse individual e nesse caso, segundo ele, existe um “conflito entre planificação e liberdade não pode deixar de agravar-se à medida que diminui a semelhança de valores e de padrões entre os que são submetidos a um plano unitário” (Hayek, 1990, p. 235).

Ambos os autores, Hayek (1990) e Friedman (2015), reproduzem a intencionalidade de convencer o leitor da importância da liberdade econômica, da privatização das escolas públicas, do poder, da política e até da relação entre liberdade e igualdade, comungando dessa forma do mesmo discurso neoliberal.

### 3.3 O CAMPO DA GESTÃO EDUCACIONAL DIANTE DO DISCURSO NEOLIBERAL

Dentro de uma perspectiva de rejeição à lógica neoliberal, é possível afirmar que as políticas públicas são essenciais para que se tenha êxito na construção de projetos democráticos-populares de construção da cidadania, para discussões e debates democráticos.

Ao trazer uma narrativa política pouco acessível e até a irrelevância da mesma, o neoliberalismo nega uma política que possa devolver a sociedade, dentre outras tantas especificidades e demandas que abrangem a sociedade garantindo que todos tenham acesso de democrático à saúde, ao trabalho, à escola.

Diante do discurso neoliberal que despolitiza a questão da desigualdade, conforme Andrade (2019), temos uma mera justificativa de estímulo à inovação. Em outras palavras, a desigualdade é alçada ao status de oportunidade por meio da qual as virtudes individuais poderão emergir, por meio da competitividade, onde os melhores sobreviverão ao mercado: aos melhores serviços, os trabalhadores mais hábeis, as melhores escolas.

De acordo com a Constituição de 1988, todos têm direitos e deveres individuais e coletivos que devem ser garantidos por lei. O Art. 205 diz: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Um dos princípios do ensino público, anunciado nessa mesma Constituição e em toda legislação educacional subsequente, é a gestão democrática.

As leis, entretanto, na ordem do discurso neoliberal, são empecilhos para que se tenha progresso, justificando que as mesmas impedem o avanço econômico limitando as pessoas, não dando a elas a liberdade para que possam utilizar seus recursos financeiros de maneira individual, sem interferência do estado. Nessa ordem discursiva, a Constituição Federal de 1988, a LDB 9394/96, o Plano Nacional de Educação e qualquer outro dispositivo legal que garanta a existência da escola pública e de seu financiamento, são obstáculos ao desenvolvimento econômico. Vimos, no entanto, que o neoliberalismo busca elidir a politicidade das questões e se impõe como linguagem econômica pró livre mercado (Andrade, 2019).

Segundo a lógica neoliberal, a solução para os problemas educacionais é total a desregulamentação do setor privado, e as privatizações, com o uso dos recursos públicos. Trata da crença de que esse movimento aumentaria a eficiência da gestão escolar, além de estimular a competitividade entre as instituições, alegando que a concorrência entre as escolas estimula a qualidade através da comparação de resultados. Ou seja, há uma instigação à sociedade para que a mesma se prenda a uma visão em que o mercado livre é a melhor escolha e serve sem maiores questionamentos. Todavia, Cury (2007) ressalta a importância da escola pública e Fernandes (*et. al.*, 2014) entende educação e gestão democrática como aspectos interdependentes que promovem equidade e inclusão.

A gestão educacional sob a influência do neoliberalismo busca implementar práticas de mercado nas escolas, tanto públicas quanto privadas, onde se mostra como foco dessa narrativa que se deve ter empenho, eficácia das instituições de ensino e busca por resultados. Ainda afirma que as escolas devem ter autonomia, mostrando uma gestão descentralizada, alegando liberdade para que se tenha uma melhor decisão sobre os currículos. Então é uma visão que a liberdade está pautada na privatização, numa sociedade que seja apenas dependente dela mesma e que as pessoas sejam livres.

Ao desvelar o discurso neoliberal verificamos que a aceitação da privatização implica ignorarmos que boa parte da sociedade não consegue ter acesso a recursos financeiros de maneira justa, compatível com suas demandas básicas, justamente por causa do modo de produção capitalista. São discursos que buscam desqualificar o que já foi conquistado com luta e reproduzem uma fantasia de bem estar, de avanços econômicos e que no capitalismo todos podem ter o poder e o direito de ter e fazer o que bem desejar sem depender de Estado.

Logo, a estratégia básica desse discurso é desqualificar a escola pública em função do sucateamento promovido pelas políticas neoliberais para justificar a privatização não da escola, mas dos recursos públicos destinados à educação. Ou seja, se a escola pública funciona mal é porque é mal gerida, a iniciativa privada poderá fazer mais e melhor com os mesmos recursos destinados à escola pública. Quanto aos pobres que não puderem pagar mensalidade, o poder público deverá disponibilizar *voucher* para que estudem nas escolas privadas, e caso fracassem academicamente, que sejam responsabilizados individualmente.

Tal lógica, além de perversa, porque faz recair sobre os indivíduos a responsabilidade pelos seus fracassos, é estratégica no sentido de retirar da comunidade escolar qualquer poder de organização, de decisão, de gestão. Ao canalizar os recursos públicos da educação para empresas de ensino atuarem em um ambiente desregulamentado, se estabelecem as condições para o aprofundamento da precarização do trabalho docente, da baixíssima remuneração, do assédio moral etc

Em suma, esse discurso promove a nítida versão de que não se faz necessário que se tenha um desenvolvimento social e que se pense apenas no indivíduo, na liberdade individual, sem vínculos sociais, uma escola despolitizada, sem uma comunidade organizada pondo em ação seus interesses. Essa liberdade, alardeada pelo discurso neoliberal, não é a liberdade popular reivindicada pelos movimentos de trabalhadores, pelas feministas, pelos indígenas. É uma liberdade restrita aos latifundiários, aos exploradores dos recursos naturais, aos rentistas, aos especuladores e aos conglomerados econômicos que atuam no ramo do ensino fora e dentro deste país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa constitui um meio de devolver à sociedade o conhecimento obtido no campo de estudo, trazendo dados relevantes, análises e possíveis resultados que alimentam e fortalecem a base teórica do tema investigado. Cada pesquisa tem suas fontes específicas e, no caso desta, referências neoliberal foram analisadas e confrontadas: Friedman (2015) e Hayek (1990).

A partir dos anos 1970, o mundo adentra uma crise marcada pelo esgotamento do Estado de bem-estar social. Os discursos mobilizados por esses autores oferecem uma perspectiva de salvação, explorando a fragilidade social da época. Ao enfatizarem a ineficiência do Estado, seus argumentos buscavam deslegitimar a capacidade dos serviços públicos atenderem a todos, sugerindo que a política estatal carecia de competência. Esse pensamento reforça a ilusão de uma pseudo-liberdade, fundada no individualismo, onde a liberdade se torna privilégio de poucos.

Friedman e Hayek deixam um legado aos defensores do mundo neoliberal focado nos interesses econômicos, onde o poder é concentrado nas mãos daqueles com mais recursos. Essa visão normaliza a desigualdade, justificando que as diferenças socioeconômicas são naturais, e que o acesso à educação e outros direitos varia conforme a posição social de cada indivíduo. Ambos advogam veementemente pela educação privada, afirmando que o ensino público é um gasto desnecessário e inferior, o que, segundo eles, explicaria o maior comprometimento e a maior capacidade dos alunos de escolas privadas.

O estudo também demonstra que o discurso neoliberal presente nos textos desses autores naturaliza a ideia de que o ensino público é uma falha, levando a sociedade a optar por alternativas privadas. Com base nesta pesquisa, foram reunidos dados que permitem confrontar e analisar criticamente a ideologia neoliberal no campo da educação. Este trabalho serve como base para futuras pesquisas na área, oferecendo uma análise detalhada do discurso e das suas implicações para a educação, a economia e a política. Ao longo da investigação, foram extraídas 493 passagens dos textos dos dois autores, são fragmentos que ainda serão submetidos a análise no âmbito do Projeto PIBIC, do qual este TCC se originou.

Esperamos que este estudo possibilite novos *insights* para futuras investigações sobre o discurso neoliberal, fornecendo subsídios valiosos para outros pesquisadores. A pesquisa científica, seja no campo acadêmico ou em outros contextos, é essencial para a formulação de políticas públicas, para a tomada de decisões informadas e para o desenvolvimento de soluções sustentáveis que beneficiem a sociedade como um todo.

## REFERÊNCIAS

ALCANTARA, M. A. M. de; CARLOS, E. J. Análise Arqueológica do Discurso: uma alternativa de investigação na Educação de Jovens e Adultos (EJA). **Intersecções**: Revista de Estudos sobre Práticas Discursivas e Textuais, Jundiaí, v. 11, n. 3, p. 59-75, nov. 2013. Disponível em: <[...anchieta.br/unianchieta/revistas/interseccoes/ultimas\\_edicoes.asp](http://www.anchieta.br/unianchieta/revistas/interseccoes/ultimas_edicoes.asp)>. Acesso em: 15 nov. 2014.

ALMEIDA, Edna Silva. **Os meninos do projeto e a gestão escolar: uma análise reflexiva sobre as relações de poder em uma escola da rede estadual da Paraíba**. Orientador: Marcos Angelus Miranda de Alcântara. TCC (Graduação) 2021- Curso de Pedagogia, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20582>> Acesso em 10 de out. de 2024.

ANDRADE, Daniel Pereira. Crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. **Novos Estudos Cebrap**: NOVOS ESTUDOS, São Paulo/Sp, p. 109-135, 11 jun. 2018. Artigo. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/WrvHr9cvMKnq4xXXRkf6HTD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais: o que é o neoliberalismo? a renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado**: Revista Sociedade e Estado, [s. l], v. 34, n. 1, p. 211-239, 19 abr. 2019. Anual. Artigo. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/RyfDLystcfKXNSPTLpsCnZp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2024.

BELO, Maria Samaia Ferreira. **Contribuições da extensão universitária e da educação popular à formação de gestores escolares na perspectiva da gestão democrática**. TCC (Graduação) 2021- Curso de Pedagogia, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22033>> Acesso em 10 de out. de 2024.

BONFANTE, Gleiton Matheus. LINGUAGEM E NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: linguagem e neoliberalismo na América latina: uma revisão bibliográfica. **Trab. Ling. Aplic., Campinas**,: Trab. Ling. Aplic., Campinas,, Niterói/Rj, v. , n. 623407-424, p. 407-424, 06 nov. 2023. Anual. Artigo. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/VqpwrZtK98SgJYgVX7WKNFh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2024.

CABRAL NETO, Antônio. Política Educacional: Dimensões e expectativas. \_\_\_\_\_. **Política educacional**: contextos significativos. 2016. ed. Campinas/ São Paulo: Mercado de Letras, 2016. 55 p. Digitalizado com camScanner. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1sIvai04p6CmsIWP5heY\\_bB5BrMRIEBM2/view](https://drive.google.com/file/d/1sIvai04p6CmsIWP5heY_bB5BrMRIEBM2/view). Acesso em: 19 out. 2024.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **Rbpa**e –

**V.23:** RBPAE, Minas Gerais/Mg, v. 23, n. 3, p. 483-495, dez. 2007. Anual. Artigo. Disponível em: [file:///C:/Users/Dell/Downloads/rsaraujo,+Revista\\_RBPAE\\_23-3\\_web\\_5%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Dell/Downloads/rsaraujo,+Revista_RBPAE_23-3_web_5%20(2).pdf). Acesso em: 20 out. 2024.

DANTAS, Mônica Ferreira da Silva. **Atuação do gestor escolar e os desafios enfrentados no ambiente educacional**. Orientadora: Thaís Oliveira de Souza. TCC (Graduação) 2020- Curso de Pedagogia a distância, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: < <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/17885> > Acesso em 10 de out. de 2024.

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola; ALVES, Andréia Vicência Vitor; ALVES, Andressa Gomes de Rezende. Gestão democrática da educação: por entre concepções e tendências: gestão democrática da educação: por entre concepções e tendências. **Dialogia**: Dossiê temático, São Paulo, p. 35-46, 26 maio 2014. Anual. Disponível em: [file:///C:/Users/Dell/Downloads/mayarafa,+DialogiaN19\\_3b4892%20\(5\).pdf](file:///C:/Users/Dell/Downloads/mayarafa,+DialogiaN19_3b4892%20(5).pdf). Acesso em: 20 de out. de 2024.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Tradução: Luiz Felipe Beata Neves, 7. edd. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. **Livre para Escolher**: um depoimento pessoal. Rio de Janeiro/Rj: Editora Record, 2015. 389 p. Tradução de Ligia Filgueiras. Disponível em: <https://www.docdroid.net/YP67fy0/livre-para-escolher-uma-reflexao-sobre-a-relacao-entre-liberdade-e-economia-milton-friedman-e-rose-friedman-pdf>. Acesso em: 19 jul. 2024.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, T. T. da & GENTILI, P. (Orgs.). **Escola S.A.:** quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília, DF: CNTE, 1996, p. 9-49. Disponível em: <https://barricadasabremcaminhos.files.wordpress.com/2010/06/neoliberalismo-e-educacao.pdf> Acesso: 21 de jul. de 2024.

LEAL, Sabrina Bezerra. **O enunciado da gestão educacional na ordem do discurso político-pedagógico**. TCC (graduação) 2024. TCC (Graduação) 2024- Curso de Pedagogia, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/30687>> Acesso em 10 de out. de 2024.

MACEDO, Ana Paula dos Santos. **A interação e participação do gestor (a) e comunidade no âmbito educacional**. TCC (Graduação) 2021- Curso de Pedagogia à Distância, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20421> > Acesso em 10 de out. de 2024.

MACIEL, Beatriz de Lira. **Gestão escolar na educação de jovens e adultos: um estudo a partir da percepção dos estagiários de pedagogia**. TCC (Graduação) 2023- Curso de Pedagogia à Distância, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023. Disponível em: < <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/29226> > Acesso em 10 de out. de 2024.

RODRIGUES, Krislânia Damascena. **A gestão democrática e a educação de jovens e adultos no Plano Municipal de Educação de João Pessoa (2015-2025)**: correlatos enunciativos. TCC (Graduação) 2021- Curso de Pedagogia, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: < <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20584> > Acesso em 10 de out. de 2024.

SANTANA, Larissa dos Santos Ferreira de. **Educação de jovens e adultos e implicações para gestão escolar**: um panorama bibliográfico. TCC (Graduação) 2020- Curso de Pedagogia, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: < <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19259>> Acesso em 10 de out. de 2024.

SILVA, Franciele Luis da. **A importância e percepção da população sobre o orçamento participativo**: um estudo de caso no município de Pedro Régis-PB. TCC (graduação) 2023- Curso de Administração, CCSA - Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023. Disponível em: < <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/27194>> Acesso em 10 de out. de 2024.

SILVA, Lucivania da Costa. **Gestão democrática**: contribuições para uma escola pública de qualidade social. Orientadora: Cláudia Maria de Lima. TCC (Graduação) 2020- Curso de Pedagogia a Distância, Centro de educação, Universidade Federal da paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: < <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19153>> Acesso em 10 de out. de 2024.

SILVA, Rosemary dos Santos Pereira. **Educação sexual como desafio a gestão escolar**: uma abordagem sob a perspectiva da educação popular. TCC (Graduação) 2021- Curso de Pedagogia, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: < <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/21909>> Acesso em 10 de out. de 2024.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A Pesquisa Bibliográfica: Princípios e Fundamentos. **Cadernos da Fucamp**: Cadernos da Fucamp, Monte Carmelo - Mg, v. 20, n. 43, p. 64-83, set. 2021.

SOUZA, Maritonia Oliveira Barroso de. **Contribuições da Campanha de Pé no Chão também se aprende a ler ao campo teórico-prático da gestão democrática da educação**. TCC (Graduação) 2023- Curso de Pedagogia, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023. Disponível em: < <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/29171>> Acesso em 10 de out. de 2024.

SOUZA, Penélope Anselmo de. **Gestão na educação infantil: os desafios e as possibilidades da gestão democrática**. TCC (graduação) 2023- Curso de Pedagogia, Centro de Educação-CE, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023. Disponível em:< <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/27193>> Acesso em 10 de out. de 2024.

VON HAYEK, Friedrich August. **O caminho da Servidão**: o caminho da servidão. 5. ed. Rio de Janeiro/Rj: Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. 256 p. Tradução e revisão: Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. Disponível em: <https://www.monergismo.com/textos/livros/hayek-ocaminhodaservidao.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2024.